

INTELECTUAIS E MODERNIDADE: O DISCURSO SOBRE A EDUCAÇÃO NA IMPRENSA PERIÓDICA PARANAENSE NA DÉCADA DE VINTE ¹

Carlos Eduardo Vieira — UFPR

A década de vinte é um marco na historiografia brasileira por encerrar um período de intensas contradições e mudanças. A história política certamente tem refletido de forma mais regular sobre esse período, contudo outras especialidades da História têm se dedicado aos anos vinte. Entre as quais podemos destacar a História da Educação, a História Econômica, a História do Urbanismo, a História da Arte e da Literatura. De maneira genérica, é possível afirmar que a década de vinte tem sido estudada nestes campos sob os signos da modernidade, do modernismo e da modernização entendidos como projetos e como práticas sociais vinculados aos desejos de mudanças, de progressos, de rupturas que — em maior ou em menor profundidade, em maior ou em menor velocidade — atingiram estes domínios da história.

Sobre o tema da história da imprensa escrita no Brasil os pesquisadores, a partir de horizontes teóricos e ideológicos diversos, têm refletido sobre o período destacando as mudanças ocorridas na técnica de impressão, no processo de produção da matéria jornalística, na integração da imprensa brasileira à rede das agências internacionais de notícias, na profissionalização dos seus agentes, no barateamento dos custos do jornal e, sobretudo, na consolidação do conceito de empresa jornalística.

A Imprensa escrita, associada desde o século dezoito na Europa ao surgimento do conceito de opinião pública, teve o seu prestígio social afirmado na vaga modernizadora. A imprensa constituiu-se como um dos ícones dessa modernidade, de um lado pela tecnologia que ela incorpora no processo de produção e de circulação da notícia, de outro pela possibilidade que ela revela de afirmação de uma esfera pública de debate capaz de abranger o local, o regional, o nacional e o internacional. O cosmopolitismo da modernidade entendeu a imprensa como uma ferramenta decisiva para romper com o provincianismo e instalar o debate público em dimensões inéditas. A modernidade foi concebida pelos seus principais arautos como a ação edificante da razão que, através da ciência, da tecnologia, da instrução e das políticas sociais, universaliza um novo modo de pensar e sentir a realidade. Não obstante, a universalização do **ethos** moderno não se realizaria, segundo aqueles que assumiram a sua difusão como missão cultural e política, sem instrumentos

pedagógicos eficientes. Nesse contexto os impressos de forma geral e os jornais de maneira particular representaram meios privilegiados para a ação do sacerdócio modernizador.

A imagem social da imprensa, tanto ontem como hoje, está associada ao seu poder de influenciar a sociedade, de formar a chamada opinião pública. Mensurar esse poder é algo que vem sendo discutido intensamente, contudo, longe de conclusões consistentes, as respostas para essa questão do papel social da mídia oscilam entre a capacidade de amoldar as mentes ao exercício do mero registro da vida social. Gordon Bennet, criador do *Herald* (1835) de Nova York, expressa a crença sobre a influência social da imprensa escrita quando afirma que “*um jornal pode mandar mais almas para o céu e salvar mais do inferno do que todos os clubes e capelas de Nova York*”.²

Independente dessa espécie de polêmica sobre seus efeitos, de forma inconteste a imprensa registra, comenta e intervém sobre diversas esferas da vida social: do cotidiano cidadão aos grandes problemas internacionais. A constante batalha pela conquista dos corações e mentes, na expressão de Clóvis Rossi, é parte da intervenção dos meios de comunicação de massa que, até a segunda metade do século vinte no Brasil, tinham nos jornais diários sua expressão mais significativa.

A imprensa no Paraná: o advento do jornal empresa e a adesão à causa educacional

No Paraná o primeiro periódico foi criado em abril de 1854, apenas quatro meses após a instalação do primeiro governo da nova província. Este episódio em si revela a importância desse veículo para o contexto político da governabilidade, uma vez que o Estado moderno incorporou a imprensa como meio de exercer o seu domínio. Dando visibilidade aos seus atos através da imprensa o Estado reafirmava a sua condição de legislador, administrador e controlador do espaço público.

O *Dezenove de Dezembro* circulou em Curitiba, capital provincial, por trinta e seis anos e no editorial do seu primeiro número encontramos o seu programa: “*informar o público do procedimento do governo da província; e das diversas autoridades dela, mediante a publicação de atos oficiais, aportar e discutir com a devida circunspeção as medidas que mais consentâneas forem ao engrandecimento da Província, aceitando, nesse sentido, para dar luz à imprensa, escritos e informações de quem quer que esteja no caso de lhos ministrar, abstendo-se completamente de questões políticas*”.³ Como nosso objetivo não é discutir se a imprensa fala ou não a verdade, mas sim porque razões determinadas coisas

foram faladas, o programa do *Dezenove de Dezembro* pode ser considerado como portador de dois sentidos importantes que, de maneira geral, marcaram a trajetória da imprensa em diferentes contextos e realidades culturais: os ideais de autonomia e de liberdade de opinião e a estreita relação entre a imprensa e o poder público.

Ao longo do novecentos estes sentidos, que de um ponto de vista estritamente lógico apresentam-se contraditórios, foram se consolidando na imprensa paranaense, de tal maneira que — ao lado dos periódicos de vida efêmera e declaradamente ligados a partidos políticos, a movimentos culturais, a grupos étnicos e religiosos — surgem jornais defensores de uma prática jornalística profissionalizada e autônoma. Periódicos que produziram, no âmbito dos seus grupos diretores, os elementos ideológicos e políticos pelos quais o jornal se mobilizou, criando assim um espaço novo de orientação ideológica na sociedade. Estes e outros aspectos, para muito além do contexto paranaense do século dezenove, engendraram a representação da imprensa como quarto poder.⁴

O sentido de quarto poder, reclamado explicitamente pelo *Times na Inglaterra* do século dezenove e vinculado à representação da imprensa ao longo dos séculos dezenove e vinte, é resultante do projeto político da imprensa de constituir a sua própria bússola ideológica, imantada pelo seu prolapado compromisso com os interesses públicos. Interesses que se manifestam na opinião pública e que compõem essa abstrata, complexa e eficaz estratégia argumentativa que — em nome de compromissos genéricos com a modernidade, o progresso, a ordem, a justiça social e o desenvolvimento — produzem a legitimidade social da imprensa.

Legitimidade que varia de acordo com os contextos nos quais a imprensa se situa, bem como em função da eficácia da estratégia política adotada pelos grupos dirigentes dos jornais de criar esses efeitos de autonomia política e, sobretudo, de defesa de interesses universais. Os nomes dos jornais conformam objetos de análise privilegiados para analisarmos esta estratégia discursiva que visa instituir o jornal como porta-voz privilegiado, para além dos interesses de grupo ou de partido. O *Dezenove de Dezembro*, data da comemoração da emancipação política da província, assim como *A República*, *Gazeta do Povo*, *O Estado de São Paulo*, *A Nação* e o *Jornal do Brasil* são nomes de periódicos paranaenses, paulistas e cariocas, criados entre a segunda metade do século dezenove e o

primeiro quartel do século vinte, que revelam essa intenção de denotar o ponto de vista da província, da república, do povo, do Estado, da nação ou do país respectivamente.

Outra dimensão desta estratégia é possível de ser apreendida no periódico *Imprensa Livre*, publicado em Curitiba em 1867, que tem no seu nome um exemplo preciso da presença dessa luta pela afirmação do sentido de autonomia da imprensa. Verificamos, também, no programa deste jornal a reiteração desse sentido, uma vez que ele se declarava, assim como fez o *Dezenove de Dezembro*, isento das paixões partidárias e imbuído da missão de louvar os esforços do poder quando este “*encaminha a situação da justiça e do progresso, estigmatizando-o sem o menor receio, quando apartado desse caminho*”.⁵ A declarada isenção e autonomia em relação aos poderes constituídos levaram o seu principal redator, João José Pedrosa, à condição de Presidente de Província. Para além do registro e do debate das coisas públicas, os homens de imprensa ocuparam os espaços públicos, legitimados pelas suas trajetórias como redatores, analistas e críticos da moderna *ágora*. O itinerário de João José Pedrosa, designado como príncipe dos jornalistas políticos no período, é apenas um exemplo dessa faceta que expõe a ação do jornal conjugada aos interesses políticos dos seus proprietários, diretores e redatores principais. Em outros termos, para além da análise do papel do jornal, cabe especial atenção a atuação dos jornalistas que, no contexto brasileiro dos anos vinte, assumiram posição de destaque na formação da *intelligensia* moderna.

Ao longo da segunda metade do século dezenove inúmeros periódicos surgiram na capital e em cidades como Paranaguá, Antonina, Morretes, Lapa e Guarapuava. Porém é no último quartel do século, em 1884, que o *Dezenove de Dezembro* passa a circular como o primeiro jornal diário do Estado. Contudo a aproximação do jornal em relação ao Partido Liberal levou-o a ceder em relação à orientação ideológica dos partidos e, assim, passou a circular em 1885 como órgão deste partido até o seu fechamento em 1890.

Nos últimos anos do século dezenove se destacaram a *República* (1886-1930) que surgiu como veículo de propaganda antimonarquista e, com o advento da república, tornou-se órgão oficial do Partido Republicano do Paraná; e o *Diário da Tarde* (1899-2001) que viria a se constituir como o diário de maior longevidade e aquele que expressaria inicialmente a tendência de afirmação do jornal empresa no Estado. Segundo Raul Gomes — professor, jornalista e signatário do célebre Manifesto dos Pioneiros de 1932, “*até o aparecimento do*

Diário da Tarde, o Paraná desconheceu o gênero de jornal dedicado e absorvido inteiramente pela reportagem local, social, nacional e universal”.⁶ No contexto do jornal empresa, a imagem de distância em relação aos partidos e ao Estado ganha nova dimensão, pois a adesão a estes representava, também, um problema para os negócios. Na composição dos fundos de financiamento dos jornais empresas, além dos assinantes e da venda no varejo, incluem-se fontes oriundas de diferentes instâncias e níveis do poder público, além de fontes privadas de financiamento vinculadas a inúmeros horizontes econômicos e ideológicos. Essa composição plural dos fundos favorece, ou melhor, obriga o exercício da relativa autonomia do jornal em relação às orientações políticas externas.

Nos primeiros vinte anos do século vinte verificamos no Paraná a afirmação da tendência dos jornais empresariais diários, tecnicamente renovados e em vias de profissionalização dos seus agentes. Os jornais desse período que encarnaram de forma mais nítida essas características foram o *Diário da Tarde* e a *Gazeta do Povo*, criada em 1919 e ainda hoje circulando no cenário cultural paranaense. O desejo dessa imprensa empresarial moderna de permanecer atuante na esfera política, porém evitando as paixões partidárias e reafirmando sua condição de portadora de um compromisso público mais amplo, levou-a a assumir determinadas frentes de luta política. Em particular aquelas frentes nas quais o sentido de modernidade — associado às idéias de nação, de civismo, de ordem, de progresso, de justiça e de desenvolvimento — estivesse presente. É nesse contexto que verificamos a adesão da imprensa à *causa educacional*. Projeto sem inimigo declarado e capaz de legitimar seus protagonistas na cena cultural.

Conclusões

O discurso da modernidade e a sua relação com os projetos educativos permanecem entre nós, sendo assim mostra-se significativo perceber na história como essa relação se estabeleceu e, sobretudo, como o moderno e os seus pressupostos formativos (escolares e não escolares) foram concebidos pelos grupos intelectuais que se apresentaram como formuladores e organizadores de projetos educativos. Em São Paulo a ação do *Estado de São Paulo* é um exemplo preciso dessa adesão da imprensa à causa educacional nos anos vinte. Os célebres inquéritos educacionais promovidos pelo jornal produziram forte impacto sobre o debate político-educacional brasileiro, de tal maneira que lançaram Fernando de Azevedo, seu principal protagonista, para a vida política brasileira. Assim como, no Rio de

Janeiro, as crônicas publicadas no *Diário de Notícias* por Celília Meireles representaram a seqüência desse debate nos primeiros anos da década de trinta.

No Paraná a pesquisa nas páginas da *Gazeta do Povo* e do *Diário da Tarde* revela uma vasta e complexa vinculação entre a imprensa e a causa educacional. Na etapa atual da investigação — que se encontra em grau avançado, mas longe de estar concluída — identificamos e catalogamos novecentas e cinqüenta e seis (956) registros jornalísticos que tratam de questões educacionais. Nos dois anos de duração da pesquisa fomos capazes de examinar quatro anos de circulação do *Diário da Tarde* e dois anos da *Gazeta do Povo*. O espaço ocupado nos jornais pela temática educacional é desigual, assim como a densidade das informações e a profundidade do posicionamento do periódico em relação aos temas são muito variáveis. Não obstante, optamos por analisar notas informativas, propagandas de escolas, reportagens sobre diferentes eventos e problemas educacionais, matérias de opinião, enfim, tudo que conseguíssemos identificar como referente à temática da educação e que pudesse guardar sentidos que nos revelassem a forma de veiculação da temática na imprensa periódica paranaense dos anos vinte.

No esforço de controlar a dispersão temática, própria dessa espécie de fonte, organizamos a partir da análise de conteúdo dos registros jornalísticos dez categorias principais. Este esforço de categorização visou organizar os registros, bem como quantificar suas freqüências. A opção, neste momento, pelo agrupamento dos registros em categorias abrangentes, capazes de nos permitir um olhar sintético sobre o conjunto, não resulta em uma homogeneização arbitrária dos problemas educacionais tratados pela imprensa paranaense. Pois, no interior do mesmo processo de classificação e análise, optamos por desdobrar cada uma destas dez categorias em dois níveis subseqüentes. No nível secundário chegamos, até o momento, a noventa e nove (99) opções de detalhamento, enquanto no plano terciário estamos com cento e vinte e oito (128) subcategorias analíticas, totalizando duzentas e vinte sete (227) maneiras diferentes de abordarmos os registros. Todos os registros receberam apenas uma única identificação no nível primário da classificação temática, porém dependendo da forma como o tema principal foi tratado pela imprensa ele foi, também, classificado em um ou mais níveis de detalhamento secundário e terciário.

Do ponto de vista da interpretação, o que podemos dizer, hoje, é que avançamos no sentido de situar os periódicos analisados na história da imprensa no Estado, além de realizarmos a primeira tentativa de sistematização do material empírico a partir dessa categorização temática, dividida em três níveis de detalhamento. Acreditamos também que a hipótese da imprensa ter se constituído, nesse período, em um ator importante do debate educacional mostra-se fecunda e capaz de gerar desdobramentos significativos para a produção do conhecimento histórico sobre a imprensa, sobre os intelectuais a ela vinculados e, sobretudo, sobre as estratégias de formação dos sentidos do discurso que associa educação e modernidade.

O tratamento quantitativo dos registros revelou questões interessantes. Na categoria Propaganda e Informações sobre Escolas (282 Registros) verificamos a preponderância das escolas particulares, laicas e profissionalizantes na área de comércio. Em Modalidades e Níveis de Ensino (164 Registros) a supremacia é do Ensino Superior, revelando o intenso debate sobre o reconhecimento da Universidade do Paraná, fundada em 1912. Quotidiano Escolar (140 Registros) é uma categoria que merecerá atenção especial, pois os registros dos processos que envolveram os exames, as formaturas, as festas cívicas e escolares, os castigos, as exposições, o tempo escolar são capazes de nos transportar para o interior da escola, para as práticas escolares tão difíceis de serem captadas pelas fontes tradicionais da História da Educação. O número de registros sobre o Sistema Público de Ensino (102 Registros) demonstra a centralidade da preocupação com ação do Estado, uma vez que o jornal, tal como discutimos anteriormente, vincula-se estreitamente com a esfera política. Nesses registros verificamos uma dupla movimentação: a imprensa discutindo as políticas públicas para a educação, as reformas que o sistema público sofreu nos anos vinte e as condutas dos Inspectores Gerais de Ensino, bem como o Estado buscando dar visibilidade aos seus atos no campo educacional pelas páginas da imprensa através, principalmente, da veiculação de estatísticas. Profissão Docente (65 Registros) traz como marca principal as difíceis condições de trabalho do magistério, a partir de inúmeros registros sobre atrasos nos salários dos professores que, em dado momento no início da década, chegou a dois anos para os professores subvencionados federais. Outra faceta desta mesma questão aparece na discussão sobre a tendência crescente de desvalorização da profissão em função dos baixos salários. Poucos, mas significativos registros, indicam as formas de

organização dos professores em entidades profissionais. Na categoria Projetos Nacionais e a Educação (57 Registros) a grande questão é a nacionalização das escolas étnicas (alemãs, ucranianas, polonesas e italianas), na senda da forte presença do discurso nacionalista da época. Os Centros de Cultura (40 Registros) registram as ações de instituições da sociedade civil voltadas para a vida cultural da capital do Estado. Congressos Educacionais (28 Registros) é uma temática que enfatiza três eventos: I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (Rio de Janeiro/Nov/1920), Congresso do Ensino Primário e Normal (Curitiba/Dez/1926) e a I Conferência Nacional de Educação (Curitiba/Dez/1927), promovida pela Associação Brasileira de Educação. Experiências e Modelos Educacionais (28 Registros) é uma categoria com poucos registros em relação às demais, porém revela a leitura da imprensa sobre determinados Estados brasileiros e países estrangeiros que, naquele contexto de leitura, foram considerados modelos de modernidade em função dos seus investimentos no campo educacional. Nessa categoria encontramos Santa Catarina, São Paulo e Estados Unidos com quinze, sete e quatro registros respectivamente.

Para esta apresentação, constrangidos pelo pouco espaço que dispomos, temos apenas ensaios de interpretação destes registros. O andamento da pesquisa poderá modificar substantivamente os dados, uma vez que contamos com cerca de quarenta por cento do que esperamos coletar. Nas fases subseqüentes da pesquisa empreenderemos refinamentos na organização dos dados e, sobretudo, no processo de interpretação do conjunto e/ou de parte dos dados que justifiquem explorações particularizadas. Também investiremos nos silêncios, ou seja, nos temas que sofreram apagamento por parte dos produtores de memória.

¹ O presente trabalho representa um recorte no interior do projeto apoiado pelo CNPq, Processo n. 306010/2004-6, intitulado *Intelectuais, Educação e Modernidade: da Escola Moderna ao Movimento pela Escola Nova (1900-1950)*. Recebeu também apoio financeiro específico do Edital Universal Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, (CNPq — Processo: 403577/2003-9). A equipe executora dessa pesquisa está composta pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira (cevieira@ufpr.br), na condição de coordenador; Adriana Margarete da Silva Rolim Gonçalves; Adriane Schip; e Katyuscia Cochek (Bolsistas do Programa de Iniciação Científica, CNPq).

² Apud BURKE; BRIGGS, p. 198. In: BURKE, P; BRIGGS, A. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

³ Editorial, ano 1, n.1. *Dezenove de Dezembro*, 01, 04, 1854.

⁴ Sobre o surgimento do conceito de quarto poder ver BURKE, P; BRIGGS, A. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p.193-269.

⁵ Editorial, *Imprensa Livre*, Apud PILOTTO, p.09. In: PILOTTO, O. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Estante Paranista, 1976.

⁶ GOMES apud PILOTTO, p.32, In: PILOTTO, O. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Estante Paranista, 1976, p.32.